Parte II - Políticas, Escalas, Territórios

Diferenciais produtivos no espaço Semiárido brasileiro: o caso do Ceará

Maria Daniele Cruz dos Santos
Francisco do O' de Lima Júnior

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, M. D. C., and LIMA JÚNIOR, F. O. Diferenciais produtivos no espaço Semiárido brasileiro: o caso do Ceará. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. *Celso Furtado: a esperança militante* (Desafios): vol. 3 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 285-308. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection, vol. 3. ISBN: 978-65-86221-12-1. <https://doi.org/10.7476/9786586221688.0012>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Diferenciais produtivos no espaço Semiárido brasileiro: o caso do Ceará¹

Maria Daniele Cruz dos Santos²

Francisco do O' de Lima Júnior³

Introdução

DESDE A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CEARENSE TEM-SE OBSERVADO a distribuição desigual da estrutura produtiva no Estado. Com a incorporação econômica inicial através da pecuária se dando pelo interior, a configuração da dinâmica nas microrregiões responde a diversos fatores, entre eles a maneira como fora ocupado o estado, as particularidades físicas de cada microterritório, as forças políticas regionais, dentre outros. Essas forças políticas contribuíram, inclusive, com a ampliação da delimitação do espaço Semiárido, que é foco de ação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), saltando de 150 para 164 municípios, representando este espaço quase 90% do território estadual. Com fins de atrair políticas públicas capitaneadas não somente por este órgão mas por outras instituições e esferas governamentais, tal delimitação pode, em alguns casos, não cumprir efetivamente seu propósito, ao observar-se gradativamente que as transformações regionais são muito mais fruto de articulação da política do Estado do que derivadas diretamente desses novos arranjos institucionais.

1 Este trabalho é derivado de reflexões feitas a partir do trabalho de dissertação de mestrado intitulado “A Reconfiguração das Atividades Econômicas do subespaço Semiárido dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco nos anos de 2000 a 2015.”, defendido junto ao programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES-UERN), Campus Pau dos Ferros/RN, de autoria de Maria Daniele Cruz dos Santos.

2 Professora do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri (URCA), Campus Iguatu/CE. E-mail: danielacruzconomia@gmail.com.

3 Professor do Departamento de Economia da URCA, Campus Crato/CE. Professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES-UERN). E-mail: lima.junior@urca.br.

Os fenômenos percebidos na economia e no sistema urbano cearense que acompanharam a tendência da urbanização nacional e internacional de modo geral foram: a) a modernização, dinamização e inserção de atividades produtivas; b) as políticas institucionais do estado voltadas para o desenvolvimento do tripé indústria-lazer/turismo-agronegócios; c) o avanço econômico e populacional da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); d) alguns centros médios urbanos que polarizam o interior do estado; e) expansão das fronteiras da especulação imobiliária em todo o território do estado e; f) as tendências do processo de metropolização. Essas alterações casam significativamente com as mutações temporais ocorridas na estrutura produtiva como um todo do Ceará, mais especificamente no litoral e nos polos de desenvolvimento, como será percebido.

Os anos 2000 a 2015 foram marcados por ser um período em que as políticas macroeconômicas adotadas no Brasil assumiram um perfil desenvolvimentista, com destaque para ação governamental nos moldes defendidos pelo pensamento furtadiano com sua atualização, após um longo período de hegemonia neoliberal carimbando os governos anteriores (FURTADO, 2002). Em outras palavras, é um período de transição de um paradigma de intervenção mínima do Estado para outro em que ele volta a assumir protagonismo no desenvolvimento de políticas, afora com orientação para inserção competitiva externa.

Este artigo visa descrever a estrutura produtiva assentada no Semiárido cearense nos anos 2000, nas microrregiões que detém relevante dinamismo para o estado. A nova delimitação do Semiárido Brasileiro (2017) sob jurisdição da Sudene é composta por 1.262 municípios e o Ceará detém 13% deles, presente em quase todas as 33 microrregiões. Dada a proposta e o percurso metodológico deste estudo, o critério utilizado para selecionar as microrregiões foi o quantitativo de estabelecimentos: selecionou-se aquelas que apresentaram no período estudado, no mínimo, 500 estabelecimentos de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Isso se deu por uma motivação orgânica a esta elaboração: ao longo da formação do território, esses espaços foram (e são) aqueles que se tornaram mais dinâmicos em relação aos outros, permanecendo como polos de atração econômicos. Os dados sobre vendas externas, foram extraídos por município da base AliceWeb e agregados por microrregião. Esta base constitui o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior, da Secretaria de Comércio Exterior, pertencente ao extinto Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e hoje abrigado no Ministério da Economia. As análises estatísticas acerca

dos estabelecimentos e do emprego tiveram como fonte de dados a RAIS (2018) e as informações sobre Produto Interno Bruto (PIB) são de origem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O texto está estruturado em três partes além desta Introdução. Na seção seguinte, serão traçadas notas mais gerais sobre a estrutura produtiva do território do Semiárido cearense para, na seção seguinte, serem analisadas de forma mais detalhada as atividades produtivas por micror-regiões, seguindo o corte metodológico acima apresentado. Seguem alguns Apontamentos Finais, com reflexões feitas *vis a vis* ao resgate de um breve conjunto de contribuições do pensamento furtadiano.

A Estrutura Produtiva no Semiárido Cearense

O Ceará é um dos estados do Nordeste brasileiro que mais se destaca em termos de diversificação da atividade produtiva. Assim como a maioria dos estados nordestinos, a formação econômica cearense é originada de atividades como a pecuária, o algodão, a agricultura de subsistência, cujos produtos eram comercializados nas típicas feiras, mas principalmente, a inserção desse território no contexto regional se deu pela expansão da atividade subsidiária da cana, a pecuária.

A fase inicial de sua ocupação territorial é caracterizada por uma inexpressiva atividade canaveira, ficando restrita a pequenos subespaços na produção de rapadura e aguardente e, também, pela ocupação que partiu, inicialmente, do interior para o litoral, graças à atividade pecuária. Os sentidos da ocupação do território cearense é tema de debate entre correntes de historiadores se alternando entre i) os que afirmam que a ocupação se dá do litoral para o interior, partindo especificamente da foz do Rio Jaguaribe alcançando os sertões e; ii) outro grupo indicando que esta ocupação se dá pelas correntes dos caminhos do gado advindas das zonas canavieiras baianas e/ou pernambucanas. O importante a se considerar é que de fato a incorporação econômica com geração de algum excedente veio da hinterlândia interiorana, inicialmente, da atividade pecuária e, posteriormente, do algodão. Lima Júnior (2014) descreve de forma mais aprofundada este debate sobre a formação da estrutura de ocupação territorial cearenses sob a perspectiva produtiva.

Assim, apesar de a incorporação econômica do território ter-se iniciado a partir do interior, existe uma concentração significativa de capitais no litoral para fins de investimento, tanto os que são oriundos da acumulação mercantil inicial, passando por aqueles provenientes dos

incentivos fiscais da Sudene, chegando aos de financiamento dos bancos de desenvolvimento e políticas direcionadas a fomentar a estrutura produtiva do Estado. Pode-se atribuir à política estadual de estímulo à industrialização, através do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), a tentativa de interiorizar as empresas industriais com descontos tributários regressivos, maior a concessão destes descontos à medida que se distanciam do litoral. No entanto, poucos foram os empreendimentos atraídos com essa intenção. Ao compasso da instalação de investimentos subvencionados em áreas próximas à RMF, a melhoria de infraestrutura como a instalação do porto do Pecém para escoamento da produção do complexo industrial de São Gonçalo do Amarante e de todo o sistema produtivo regional, contribuiu ainda mais com essa concentração.

Como anteriormente tratado e será visto no decorrer deste texto, os condicionantes da reconfiguração da estrutura produtiva do Semiárido foram a combinação de diversos elementos e grupos de medidas que integraram o rol de políticas públicas, juntamente à ação das estruturas de poder local que atuaram em todo o período de formação e conformação das atividades econômicas no subespaço. No Semiárido cearense, observa-se um quantitativo maior de microrregiões que possuem mais de um nó (município) dinâmico e produtivo. No entanto, o estado como um todo ainda contempla lugares que não apenas dependem financeiramente de outras instâncias federativas como também fomentam grande parte da geração de emprego local, o que revela uma insipiente estrutura produtiva de bens e serviços fora da esfera pública. O setor de serviços é destaque em quase todo estado e alocado em um contingente expressivo de empresas pequenas, com até nove funcionários. Conforme aponta Santos (2018), naqueles territórios em que predomina a indústria, o setor de serviços está adjacente e complementar na promoção do desenvolvimento regional.

Ainda assim, os pequenos núcleos produtivos no interior do estado, consolidados desde a ocupação do território apresentam uma dinâmica diferenciada. Percebe-se a manutenção desses espaços como centros de atração de estabelecimentos, mão de obra, investimentos e instalações públicas. Na Figura 1, é possível observar como está distribuído o quantitativo dos estabelecimentos nas microrregiões do estado. Apesar de assumir somente em meados da primeira metade do século XIX o seu protagonismo econômico na história do Ceará, a microrregião de Fortaleza detém o maior número de estabelecimentos e o setor que mais concentra empresas é o Comércio Varejista, que gera mais de 18 mil empregos.

Apenas Fortaleza, a capital do Estado, registrou mais de 51 mil estabelecimentos em 2016, 83% do total da microrregião segundo a RAIS. Caucaia e Maracanaú são respectivamente o 20 e 30 lugar na microrregião com 3.090 e 2.998 empresas (5% e 4,8% das empresas nessa ordem). O setor de Construção Civil é um dos que tem maior número de empresas em Fortaleza: 1.876 estabelecimentos.

Figura 1 - Mapa de localização espacial dos estabelecimentos do Semiárido cearense

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos da RAIS/MTE. Mapa construído com malhas disponibilizadas pelo IBGE e com a utilização do software livre QGIS versão 2.18.15.

No estado, observando-se o tamanho do estabelecimento em número de empregados, predominam as empresas de pequeno e médio porte em todos os setores da economia (de 0 até 9 funcionários), totalizando 82,65% de todas as empresas, e 54,01% estão na categoria de 1 a 4 funcionários. Apenas 1,19% das empresas são de grande porte e empregam a partir de 100 empregados. Nos centros considerados polos regionais médios esta realidade se reforça. Entretanto, cidades pequenas e médias, a exemplo de Acopiara, Icó e Iguatu, no Centro Sul do estado, Milagres e Missão Velha na Mesorregião Sul Cearense, o predomínio de empregadores desse porte (com mais de mil empregados) é o setor de Administração Pública.

Tabela 1 - Quantitativo de empresas cearenses
por número de empregados – 2016

Tamanho do estabelecimento	Quantidade de empresas	Participação no total %
0 empregados	529	11,44%
De 1 a 4	2497	54,01%
De 5 a 9	795	17,20%
De 10 a 19	435	9,41%
De 20 a 49	240	5,19%
De 50 a 99	72	1,56%
De 100 a 249	39	0,84%
De 250 a 499	11	0,24%
De 500 a 999	2	0,04%
A partir de 1000	3	0,06%
Total	4623	100%

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos da RAIS/MTE

Apesar de toda uma estrutura preestabelecida para o recebimento de novas atividades produtivas, com o aumento da capacidade de geração de energia elétrica através de termoeletricas, com a ampliação de rodovias estaduais para facilitação do escoamento da produção, como exemplo a Rodovia Padre Cicero, os investimentos, conforme concebia a Sudene em sua concepção original, foram pouco direcionados ao Estado.

Acompanhando os indicadores de projetos da Sudene de 2014 e 2015, percebe-se que não houve uma diferença significativa que direcionasse os esforços das políticas de incentivos fiscais para interiorizar empresas ao Semiárido do estado (ou não foram suficientes para alterar significativamente a estrutura produtiva). Nesse sentido, para além da atuação estatal com a Superintendência, ocorreram iniciativas através das linhas de financiamento geridas por bancos de desenvolvimento nacionais e regionais (BNDES e BNB, respectivamente).

Atividades produtivas no semiárido cearense – por microrregiões

Microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú

Esta é umas das regiões mais turísticas do Estado, onde os serviços de alojamento e alimentação tem forte participação na economia local, mas em baixo valor adicionado. É composta por 12 municípios (todos no semiárido) com uma população em 2010 de 360 mil. Apresentando 28.302 vínculos ativos (em 31 de dezembro de 2016), a maioria (30,4%) em regime estatutário (8.599 empregados), essa microrregião ocupa a 5ª. colocação no ranking do PIB, a preços correntes do estado em 2015, com três bilhões de reais. A exportação não é o foco econômico da microrregião. No entanto, a evolução do valor exportando segue a tendência de crescimento do estado na primeira década e declínio nos cinco últimos anos de análise. Seu crescimento médio anual foi de 18,83% no período de 2000-2015, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 - Exportações da microrregião de Litoral de Camocim e Acaraú no período de 2000-2015

Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade
01/2000 até 12/2000	8.447.666	938.273	9.581
01/2010 até 12/2010	39.530.401	3.816.126	2.403
01/2015 até 12/2015	32.312.673	3.628.866	209.346

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos de AliceWeb (2018)

Nessa microrregião, o município em destaque é o de Camocim. Com 557 estabelecimentos, e acompanhando a tendência do estado em ter a maioria das empresas no setor de Comércio Varejista. Destaca-se que em

todos os setores, por tamanho de estabelecimento, quase 60% deles tem de 1 a 4 empregados e 13% não possuem nenhum. Os setores de Comércio e Serviços, juntos, representam 85% dos estabelecimentos locais. Neste contexto, 10,4% da população estava ocupada em 2015, segundo o IBGE (2018), e os maiores PIBs per capita da microrregião foram os de Jijoca de Jericoacoara (mais de R\$ 11 mil), Acaraú (R\$9mil), Itarema (R\$9,7mil) e Marco (R\$9,8mil). Esta é uma região conhecida pela sua extensa faixa praiana, de atrativos turísticos de destaque, cujo último investimento estadual recente em infraestrutura se deu na construção do Aeroporto de Jericoacoara, localizado na cidade de Cruz, com vista a atendimento a voos chat, outros de pequeno porte, e pouso de jatos particulares, helicópteros.

O setor turístico pode ter crescido nessa região em consequência da forte política de valorização do sol e mar impetrados pelos governos do Ceará, aprofundando as ações de promoção do já mencionado tripé do desenvolvimento. Essa opção definiu o ordenamento do território desde o princípio e explica esforços mais concentrados em suas zonas costeiras. Em termos de fundos de financiamento governamental, os recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), em 2016, somavam R\$ 3,4 milhões no município de Camocim, onde deliberou R\$ 1,7 milhão somente para a agropecuária ou agroindústria local. O direcionamento específico para o setor de turismo foi na monta de 312 mil reais.

Microrregião de Itapipoca

A microrregião de Itapipoca fica localizada na região Norte do estado, compreendida pelos municípios de Amontada, Itapipoca e Trairí, que são banhados pelo litoral com população de 206 mil habitantes. Esses municípios têm uma população reduzida se comparada ao restante do estado, mas é concentradora de altos valores de renda e PIB per capita. A maior parte das empresas é de Comércio Varejista, com predominância de minimercados, mercearias e armazéns, com 4,79% das empresas nesse sub-setor, Construção de edifícios com 4,5%, artigos de vestuário com 4,1%.

Pode-se verificar o aumento da quantidade de estabelecimentos na microrregião em apenas cinco anos (2010-2015) em relação aos oito anos anteriores (2002-2010), alavancada principalmente pelo setor de Comércio e Serviços. Há uma reconfiguração dos setores, aumentando a participação do setor de Construção Civil nos anos analisados, mas ainda o deixa na penúltima posição em número de estabelecimentos.

Tabela 3 - Crescimento do número de estabelecimentos na microrregião de Itapipoca 2002-2015

IBGE Grande Setor	2002	2010	Δ 2002-2010 %	2015	Δ 2010-2015 %	Δ 2002-2015 %
1 – Indústria	27	37	37%	78	111%	189%
2 - Construção Civil	5	20	300%	36	80%	620%
3 – Comércio	172	356	107%	542	52%	215%
4 – Serviços	92	170	85%	294	73%	220%
5 – Agropecuária	12	21	75%	28	33%	133%
Total	308	604	96%	978	62%	218%

Fonte: elaboração própria com dados extraídos da RAIS/TEM

O município de Itapipoca, em sua microrregião de mesmo nome, é destaque entre os municípios do sistema urbano cearense. Com base no censo de 2010, sua população era de 116 mil habitantes, seu PIB per capita era algo em torno de 9,5 mil reais, sendo o 2º na microrregião, atrás de Trairi (R\$10,6mil). A economia local é basicamente do setor de serviços e abriga duas grandes empresas instaladas a partir da política de atração de investimentos: a DASS, fabricante dos produtos de calçados Fila, e a Ducoco, fabricante de gêneros alimentícios, além de um turismo que explora atrações naturais da região, da arqueologia e da arquitetura. O FNE destinou ao município cerca de 9,2 milhões de reais em 2016, com maior destaque para agricultura, pecuária e agroindústria (4 milhões de reais). O setor de comércio e serviços (90%) e o de turismo (10%) receberam aporte de 4,9 milhões do Fundo.

Em se tratando de exportações, o município tem a 8ª. posição no ranking estadual com 51,2 milhões de dólares em 2017, 14,93% a mais que em 2016, e uma balança superavitária de US\$ 40,66 milhões. Houve uma efetiva evolução na sua participação nas exportações do estado desde 2007, quando tinha apenas US\$ 3,67 milhões. Esse bom resultado do ano foi garantido em boa parte pelo setor de produtos alimentares e bebidas, que representam 70% da pauta exportadora municipal e de partes de calçados, que representa os outros 30%. Em 2016, os EUA foi o maior comprador desse município (55%). Tal estratégia faz parte do amplo conjunto de reestruturação da economia cearense, seguindo o bojo da inserção competitiva internacional, padrão adotado na atual rodada da acumulação capitalista, que dispõe à lógica internacional seu portfólio propício

à atração super lucrativa de investimentos forasteiros, conforme aponta Macedo (2010).

Tabela 4 - Exportações da microrregião de Itapipoca no período 2000-2015

Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade
01/2000 até 12/2000	132.889	12.570	12.795
01/2010 até 12/2010	9.180.572	3.844.424	228.458
01/2015 até 12/2015	24.921.037	16.704.210	448.717

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos de AliceWeb (2018)

Para o período analisado, percebe-se um vultoso crescimento das exportações da microrregião: a cada um dólar exportado em 2000, houve um aumento de US\$ 186 dólares no período até 2015, o que significa um crescimento médio de 1.243% ao ano. Nota-se que a inversão dos investimentos regionais, tanto de capitais públicos como por via de financiamento, são uma expressão literal de que as políticas desenvolvimentistas, quando não bem pensadas para um todo, acabam se concentrando em pequeno número de núcleos, favorecendo-os, mas esquecendo as demais regiões, provocando e permitindo o aumento das disparidades regionais.

A economia regional está polarizada em duas frentes: uma que abrange um grande número de estabelecimentos menores mantenedores da região com o suprimento de bens básicos, enquanto que, na outra extremidade, poucas empresas são as alavancas regionais de crescimento econômico, dinamizadoras de grande fluxo produtivo e econômico, que geram impactos significativos no desenvolvimento local. Nesta nova acepção de ações consideradas desenvolvimentistas, a expressa concentração setorial e espacial vão na contramão da transformação econômica mais equilibrada e diversificada do ponto de vista da estrutura produtiva, defendida desde os diagnósticos originais de uma política para desenvolvimento da região, já expressa no GTDN (FURTADO, 2005).

Microrregião do Baixo Curu

Composta pelos municípios de Paracuru, Paraipaba e São Gonçalo do Amarante com 106 mil habitantes e apenas São Gonçalo do Amarante pertencendo à região semiárida, a microrregião do Baixo Curu vem desenvolvendo um papel importante no reordenamento da produção

industrial e de gerenciamento de portos para escoamento da produção se constituindo no caso mais destacado de políticas sistematizadas no território do Ceará dotando-o de equipamentos e infraestruturas modernas e competitivas, sendo um caso clássico de planejamento e atuação do Estado furtadiano em prol do desenvolvimento regional. No período de 2010 a 2016 houve um aumento expressivo no número de estabelecimentos dessa microrregião, considerando o aporte na implementação de um parque industrial produtivo na cidade de São Gonçalo do Amarante, tendo em vista a zona portuária do Pecém.

Ali se destaca o polo industrial do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), na cidade de São Gonçalo do Amarante. Esse complexo, idealizado pelo Programa Nacional de Desenvolvimento de Zonas Portuárias no Brasil, que criou 31 deles, veio como alternativa local de escoamento da produção industrial para outras regiões, do país e do mundo, bem como fortalecer a atratividade de indústrias para o estado do Ceará (ADECE, 2015).

O CIPP tem como objetivo viabilizar a operação de atividades portuárias e industriais integradas, imprescindíveis ao desenvolvimento de um complexo com características de Porto Industrial. Constituído de dois píeres marítimos (um para insumos e produtos siderúrgicos e carga geral e outro para graneis líquidos, em especial óleo cru e derivados de petróleo), iniciou as operações comerciais em novembro de 2001 e foi inaugurado em março de 2002.

O foco em desenvolvimento de um parque industrial tem aumentado significativamente o PIB per capita desta microrregião, atraindo investimentos para todos os seus municípios a partir das externalidades geradas pelo Pecém: em São Gonçalo do Amarante, esse valor chega a ser R\$ 39 mil reais, Paracuru R\$ 12 mil e Paraipaba R\$ 11 mil. Aqui, a dinamização produtiva advinda com o CIPP sinaliza para uma transformação estrutural já que “a implantação da indústria de base representada pelo CIPP e por sua ZPE, ainda que predominantemente nas fases de processamento, inaugura outro momento da industrialização do Ceará. Até então, a atividade industrial do estado volta-se quase que exclusivamente para a indústria de bens de consumo não duráveis.” (LIMA JÚNIOR; MACEDO; ALVES, 2019, p. 8).

São Gonçalo do Amarante apresenta indicadores de destaque: o primeiro no ranking estadual e microrregional de maior PIB per capita em 2015, melhor salário médio nacional, com 3,6 salários-mínimos por pessoa, 31,58% da população ocupada, seu IDHM de 2010 fora de 0,664. Tal

realidade decorre da concretização de projetos e programas de investimentos que vieram com o CIPP, dentre eles a Zona de Processamento de Exportações (ZPE) conforme já apontado. Entretanto, quase 50% da população em 2010 detinha rendimento nominal mensal de até 1/2 salário-mínimo, o que implica dizer que existe uma altíssima concentração de renda e geração do PIB que não atende a toda a população de pouco mais de 40 mil pessoas. Ademais, grande parte da população empregada no CIPP é oriunda de outros municípios da RMF.

Ocupando a 7ª. posição nos maiores PIBs do estado, o valor adicionado industrial deixa o município sede do CIPP na 6a posição, com uma produção a preços correntes de 772 milhões de reais em 2015. Essa região fora recentemente adicionada ao Semiárido o que, de certa forma e devido seus bons indicadores econômicos, contribuíram na melhoria dos indicadores médios do Semiárido cearense.

Apenas em 2016, o FNE destinou R\$ 5 bilhões em financiamentos para empresas em São Gonçalo do Amarante, R\$2 milhões somente para uma empresa de comércio e serviços. A agricultura e pecuária receberam R\$1,1 milhão, todos para pessoas físicas do programa PRONAF “B”.

Tabela 5 - Exportações da microrregião do Baixo Curu no período 2000-2015

Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade
01/2000 até 12/2000	283.707	101.151	167.620
01/2010 até 12/2010	16.517.454	10.554.533	5.041.533
01/2015 até 12/2015	19.745.223	21.729.464	5.288.878

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos de AliceWeb (2018)

Já as exportações do período 2000-2015 tiveram influência de dois movimentos: o primeiro, ascendente que vai do primeiro ano da década de 2000 até 2010 em um ritmo crescente, acompanhando as tendências de crescimento nacional e o cenário externo demandante dos países latino-americanos e da intensificação com o mercado chinês. O segundo, é a criação da ZPE, em 2002, que aumentou significativamente o número de estabelecimentos locais e de empresas com a finalidade exclusiva de exportar. Esses dois momentos alavancaram os indicadores econômicos regionais de modo que não se pode entendê-los separadamente. Um salto sem precedentes de 5.722% em 10 anos mostra o quanto políticas focadas em desenvolvimento regional são capazes de transformar, pelo menos

economicamente, uma região com tão pouco desempenho antes dessas medidas. Nos cinco anos seguintes, a expansão da exportação da região continuou, mas desta feita com 19,54%, ou seja, taxas bem inferiores que acompanham a tendência nacional. O efeito estatístico também se apresenta considerando que, anteriormente, o município de São Gonçalo do Amarante não possuía participação na atividade industrial.

Microrregião de Fortaleza

Composta por nove municípios, mas somente três no semiárido (Caucaia, Maranguape e Guaiúba), devido ao recorte espacial proposto neste estudo, o município com maior representatividade regional é Caucaia, que tem limites com a capital Fortaleza e possui população censitária de aproximadamente 325 mil pessoas (IBGE, 2010). O rendimento médio dos trabalhadores formais é em torno de 2,2 salários-mínimos e 13,2% da população tinha ocupação em 2015, além de 43% dos habitantes terem rendimento nominal per capita de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo em 2010. Esse município tem o 9º PIB per capita do estado (R\$16mil) e um IDHM de 0,682. Ocupava, em 2015, a 3ª. posição no ranking do valor adicionado industrial do estado, com 1,4 bilhão de reais, e o 4º. no setor de serviços, com 2,2 bilhões no mesmo ano.

O município de Caucaia recebeu do FNE aportes no valor total de R\$92,7 milhões só em 2016, R\$4,8 milhões destinados para o setor agropecuário e agroindustrial, R\$69,3 milhões para a indústria, R\$16,7 milhões para o comércio e R\$1,8 milhão para o turismo. Em 2016, dos 2.998 estabelecimentos no município, o maior número de empresas estava concentrado nas firmas individuais (47%) e nas sociedades limitadas (39%). As empresas com maior número de empregados (acima de 1.000) são de natureza Sociedade Anônima Fechada (1), Sociedade Limitada (1) e do poder executivo Municipal (1). A Seção CNAE com maior concentração de empresas fica o Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (42,5%), seguida da Indústria de Transformação (15,3%).

Essa microrregião, apesar da crise vivenciada em 2008 em todo o cenário internacional e os anos seguintes a ela, foi afetada de maneira distinta e a trajetória do valor das exportações é ascendente, apesar de ser a taxas decrescentes. A variação entre 2000-2010 é de 216%, como se pode verificar na Tabela 6, e no período 2010-2015 foi de 34%.

Tabela 6 - Exportações totais no período 2000-2010-2015
na microrregião de Fortaleza

Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade
01/2000 até 12/2000	12.662.941	4.494.498	202.747
01/2010 até 12/2010	40.067.192	9.468.419	357.077
01/2015 até 12/2015	53.992.355	17.212.132	376.127

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos de AliceWeb (2018)

Caucaia, assim como os municípios da Microrregião de Itapipoca e do Vale do Curu que se beneficiaram das externalidades positivas pela proximidade territorial do CIPP, foi favorecida pela facilidade de escoamento dos produtos destinados ao mercado externo. O município se destacou também nas exportações com a produção e comercialização de Máquinas e Aparelhos, Material Elétrico e suas partes (55% das exportações em 2017 e 76% das de 2016) e Obras de Pedra, Gesso e cimento (31% das exportações em 2017 e 13% em 2016) com valor total de US\$ 46 milhões. A Tabela 7 a seguir apresenta os exportadores em 2016 com a devida faixa de valor exportado:

Tabela 7 - Quantidade de empresas exportadoras da microrregião semiárida de Fortaleza por faixa de valor exportado - 2016

Faixa de valor exportado	Quantidade de empresas
Entre US\$ 50 e US\$ 100 milhões	1
Entre US\$ 5 e US\$ 10 milhões	1
Entre US\$ 1 e US\$ 5 milhões	3
Até US\$ 1 milhão	8
Total	13

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do MDIC (2018)

Conforme vem sendo observado, é notório que os municípios e regiões mais próximos ao litoral metropolitano são concentradores de renda e riqueza e, apesar das tentativas de desconcentração a partir de programas e políticas, este ainda é um longo processo em curso, que sofre suas restrições setoriais e também locacionais, conforme observa Pereira Júnior (2012).

Microrregião de Sobral

Essa microrregião pertence totalmente ao semiárido cearense e os municípios, além de Sobral que dá nome e polariza esta microrregião, são Senador Sá, Massapê, Santana do Acaraú, Miraíma, Irauçuba, Forquilha, Mucambo, Graça, Pacujá, Cariré e Groaíras e concentra uma população no censo de 2010 de 381 mil. Essa microrregião está circunscrita na mesorregião Noroeste Cearense e possui 3.322 estabelecimentos no total dos municípios. A maior concentração das empresas são firmas individuais (53%). O registro CNAE mais concentrador de empresas é a de Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (48% da microrregião). Os grandes empregadores (com mais de 1.000 funcionários) são do setor de Serviços (3 companhias), da Administração Pública (2 empresas) e da Indústria de Transformação (1 empresa). Na categoria de pequenos empreendimentos (de 0 até 9 funcionários) são 83% dos estabelecimentos. O município mais evidente em termos econômicos é Sobral, responsável por 81% dos estabelecimentos da microrregião.

Os indicadores de Sobral são bastante peculiares: dentro da sua microrregião, o município é o único com mais de 1.000 estabelecimentos registrados, sendo que os outros municípios têm até 499; 81% dos estabelecimentos da microrregião estão nessa cidade e o Comércio Varejista é o mais representado em termos de empresas registradas no setor. Apesar dos maiores volumes de PIB serem destacados no setor de calçados, a maior concentração de empresas no município está nos setores de Alimentação (205), Atividades de Atenção à Saúde Humana (172), Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (148) e Construção Civil que, juntos, respondem por 63% das empresas locais. A maioria é de pequeno porte, como boa parte das empresas do Semiárido, que tem até 4 funcionários. Somente as Indústrias de Calçados registram um número significativo de empregados por estabelecimento.

As exportações sobralenses estão mais fortemente concentradas no setor calçadista, com 95% das exportações do município, e é o 2º. município de maior exportação no estado em 2017. A unidade da Grendene S.A., em 2017, foi a empresa que mais exportou, classificada na faixa de valor exportado acima de US\$ 100 milhões.

No total, a microrregião teve um bom desempenho nas exportações estaduais, mas é totalmente dependente dos números da indústria de calçados. Houve um crescimento expressivo na década 2000-2010, de um total de 465%, uma média de crescimento anual de 46,58%. No período

2010-2015, ocorreu baixo o crescimento: cerca de 2,52% no quinquênio com média de meio por cento ao ano. Essa foi uma das microrregiões que mais sofreu com a crise internacional, por se tratar de um setor que depende de cenários favoráveis externos para se expandir. No total, a média de crescimento anual fica em torno de 32%, mostrando um crescimento a taxas decrescentes muito mais intenso nos últimos cinco anos do período analisado.

Tabela 8 - Exportações da microrregião de Sobral no período 2000-2015

Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade
01/2000 até 12/2000	31.795.414	6.743.525	12.113.337
01/2010 até 12/2010	179.929.163	93.058.255	53.772.527
01/2015 até 12/2015	184.470.942	19.030.742	46.268.318

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos de AliceWeb (2018)

Esse declínio nas exportações de bens de consumo não duráveis, como é o caso dos calçados, é o comportamento natural de produtos exportados com essas características. Quando há um clima favorável externo, há sempre um expressivo crescimento, como ocorreu na década 2000-2010, ao passo que no primeiro sinal de crise e retração do consumo, sua demanda internacional decresce e ele sofre as consequências.

Microrregião de Iguatu

Esta microrregião é parte da Mesorregião Centro-sul Cearense e abriga em seu território 2.175 empreendimentos, dos quais estão no município de Iguatu, na maioria, firmas individuais (63%) e sociedades limitadas (26%) com até 9 funcionários. Está totalmente na região semiárida do estado e é composta pelos municípios de Cedro, Iguatu, Icó, Quixelô e Orós, com aproximadamente 222 mil habitantes em 2010.

Na microrregião, Iguatu é o município polo que registra mais de 1.000 estabelecimentos. O setor que tem mais empresas é o de Comércio Varejista (711), Comércio e Reparação de Veículos (93), Atividades de Atenção à Saúde Humana (75), Alimentação (63), Construção Civil (39), Educação (38) responsáveis por 69% dos estabelecimentos do município. O poder público municipal é um dos dois empregadores com mais de 1000 funcionários registrados e 85% das firmas tem entre 0 e 9 funcionários.

Iguatu, que polariza não só essa microrregião mas toda a parte Centro-Sul cearense, não é um município de perfil exportador: em 2017, exportou pouco mais de US\$ 0,3 milhões e teve um déficit na Balança Comercial de US\$ 0,1 milhões. Todas as exportações, em 2016 e 2017, foram de móveis. Dos anos analisados (2000, 2010 e 2015), apenas em 2000 teve exportação (US\$ 34.775).

Em termos de financiamento, o FNE destinou para o município, em 2016, R\$ 27 milhões de reais, 66% para o setor de comércio e serviços, R\$ 6,7 milhões para agropecuária e agroindústria, R\$ 2 milhões para a indústria e R\$ 0,3 milhões para o turismo.

O que sustenta a economia da microrregião são os empregos públicos gerados pelos entes federativos e as políticas de transferência de renda. São ao todo 8.935 empregados só em 2016, com a prefeitura dos municípios contando na folha de pagamentos do poder executivo, 8.662 funcionários. Os demais eram do legislativo e de esfera estadual. Só de primeiro emprego nessa microrregião foram contratados 1.071 funcionários. A maioria dos funcionários (73,52%) recebem renda salarial de 0,5 até 3 salários-mínimos.

Embora o perfil produtivo seja pouco diversificado, conforme apontado, a dinâmica microrregional é dada pelo forte papel polarizador exercido pelo município de Iguatu, que é 5º. maior núcleo urbano do Ceará, excluindo os municípios da RMF. Seu tamanho e o fornecimento da rede de Comércio Varejista para toda a Mesorregião Centro-Sul Cearense, bem como o atendimento de instituições de serviços educacionais e de saúde, dão notabilidade a este centro regional.

Microrregião do Cariri

A Microrregião do Cariri assumiu historicamente importante papel nas conexões do território cearense às demais regiões do Nordeste pela sua localização mais interiorizada e, principalmente, pelas suas condições físicas e naturais particulares. A dotação de recursos hídricos e naturais de um bioma misto, permitiu que a ocupação neste espaço fosse mais adensada desde a etapa da incorporação econômica. A presença da Chapada do Araripe e sua geomorfologia possibilitou uma agricultura mais diversificada que deu ao Cariri a alcunha de seleiro. A comercialização dos produtos agrícolas deu origem a feiras e permitiram diferenciações econômicas decorrentes da acumulação mercantil inicial, trazendo mais dinamismo.

Atualmente, o aglomerado da conurbação formada pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha é o núcleo de maior população no Ceará depois da RMF (SILVA E QUEIROZ, 2017). Possui uma população de aproximadamente 534 mil habitantes e está totalmente no semiárido. A microrregião do Cariri se destaca com maior número de estabelecimentos pelos municípios de Juazeiro do Norte (1.694), Crato (572) e Barbalha (122), os quais formam o núcleo duro do desenvolvimento regional. Ali estão situados ícones do turismo religioso, como a Estátua do Padre Cícero, grande patriarca da cidade e dos nordestinos, esculpida no topo da Colina do Horto. Há, também, a localização de balneários de fonte de água natural, que jorram intermitentemente nos municípios de Crato e Barbalha.

Juazeiro do Norte tem o maior número de empregos absolutos e relativos na microrregião do Cariri, com 4.623 estabelecimentos, dos quais 1.874 estão registrados no setor de Comércio Varejista, mais de 40%. Crato se destaca com o Comércio Varejista (741), Alimentação (114), Atenção à Saúde Humana (111), Comércio e Varejo de Veículos Automotores e Motocicletas (75), Educação (69) e Construção Civil (65), compondo, juntos, 69% dos empreendimentos do município. Barbalha possui no total pouco mais de 1/8 de todos os empregos de Juazeiro do Norte e 2/3 do emprego total do Crato. No município também é destaque o Comércio Varejista como setor que concentra o maior número de empresas.

As exportações são modestas em relação às outras regiões do estado, como apresentado anteriormente. No entanto, o Cariri tem um dinamismo que se conecta com outras regiões e é bastante pertinente: as interconexões estaduais facilitam o tráfego de mercadorias adquiridas nesse corredor, principalmente de gênero alimentícios.

Tabela 9 - Exportações da microrregião do Cariri no período 2000-2015

Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade
01/2000 até 12/2000	5.823.520	1.266.839	1.102.037
01/2010 até 12/2010	16.918.734	2.163.691	1.584.802
01/2015 até 12/2015	2.487.656	490.963	534.236

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos de AliceWeb (2018)

As exportações nessa microrregião vêm declinando: em 2015, teve-se uma perda relativa ao ano de 2000 de 57% do volume daquele ano. Assim como Sobral, boa parte das exportações são do setor calçadista, já que

a economia cratense possui outra unidade da empresa Grendene S.A., instalada em território cearense. Até 2019 operou em Juazeiro do Norte uma unidade da Indústria de Máquinas de Costura, a Singer Brasil, que reduziu seu dinamismo durante o período analisado bem como sua participação caindo de forma significativa nos totais regionais. Esta empresa era uma das grandes beneficiárias de diversos programas de incentivos e operava na cidade há 22 anos (O POVO, 2019). Apesar disso, essa microrregião segue crescendo, a taxas decrescentes, mas é uma das atuantes na participação e formação do PIB estadual, bem como foi a que obteve a maior abertura de empresas no período 2010-2016.

Microrregião do Baixo Jaguaribe

A microrregião do Baixo Jaguaribe possuía aproximadamente 313 mil habitantes em 2010 e segue um ciclo de programas e políticas ativas de desenvolvimento de um polo produtivo agroindustrial, com foco na fruticultura irrigada, um dos tripés de promoção do dinamismo econômico estadual e intensificado ao logo dos anos, sendo seu foco principal a produção direcionada ao mercado externo. Composta pelos municípios de Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte, a microrregião do Jaguaribe foi responsável, em 2015, por R\$3,8 bilhões de reais a preços correntes. Acompanhando a tendência regional, apresenta concentração de empresas no setor de comércio com 1.517 estabelecimentos. Havia, nesse ano, 2.995 estabelecimentos.

O município de Russas é um importante polo do Vale do Jaguaribe e está a aproximadamente 165 km da capital Fortaleza, conhecida como a capital do vale do Jaguaribe ou terra da laranja doce. Com um PIB per capita de R\$12.043,00, Russas também possui o maior número populacional da microrregião.

Tabela 10 - Exportações da microrregião do Cariri no período 2000-2015

Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)
01/2000 até 12/2000	9.204.630	6.360.039
01/2010 até 12/2010	16.746.485	3.379.063
01/2015 até 12/2015	19.881.806	14.538.245

Fonte: Aliceweb (2018)

Percebe-se o crescimento das exportações na microrregião no período, com a duplicação do seu valor. As exportações de Russas são de produtos do agronegócio, tais como Cera Vegetal, Melão e Banana e representam aproximadamente 70% do valor total exportado da região em 2015. O caráter heterogêneo das microrregiões do Estado do Ceará revela que os centros dinâmicos tendem a concentrar atividades produtivas e ampliar sua capacidade ao longo do tempo ao se observar que nestas territorialidades econômicas, principalmente com a análise da microrregião Jaguaribe, o tripé norteador das políticas de desenvolvimento das últimas três décadas se complementa. O agronegócio que define o dinamismo jaguari-bano, definiu um dos suportes de inserção competitiva desta parte do Ceará sem que estrangulamentos como as questões estruturais de porte fundiário fossem atenuadas, conforme propunha as recomendações de Furtado desde o clássico estudo do GTDN.

Apontamentos finais

Os condicionantes da reconfiguração da estrutura produtiva do Semiárido cearense se deram a partir da combinação de diversos elementos e de medidas que integraram o rol de políticas públicas, juntamente à atuação das estruturas de poder local que se fizeram presentes em todo o período de formação e conformação das atividades econômicas no subespaço. A expressão do planejamento ainda se faz necessária. Percebe-se que no Ceará, existe um número maior de microrregiões com mais de uma cidade que se destaca e que aponta a germinação de polos produtivos, mas a sua maior parte ainda contempla lugares que não só são dependentes de instituições públicas como agentes de geração de emprego com uma fraca participação na geração de valor adicionado produtivo. O setor de Serviços predomina em diversos espaços, mas nos locais em que a indústria assume o papel principal, esses dois setores estão bem mais correlacionados, mantendo assim uma cadeia de relacionamentos produtivos.

No período de 2000 a 2015, grande parte das empresas com mais de 1.000 funcionários são de natureza jurídica vinculada ao poder público, federal, municipal ou estadual, onde há uma maior concentração desse tipo em municípios com menor grau de dinamismo sendo, muitas vezes, a fonte principal de renda da população. Naqueles polos urbanos que se destacam como centros regionais de médio porte, percebe-se que, além desse quadro, há também empresas da iniciativa privada, mas a maioria

delas não são originalmente brasileiras ou nordestinas, tampouco regionais. Esse modelo resultou da nova política de atração industrial já que, dentre as intenções originais das proposições da Sudene, o de criar uma classe empresarial burguesa local, alcançou na economia cearense forte ancoragem expressa nos seus grupos econômicos até os anos 1990 (LIMA JÚNIOR, 2014; ARAÚJO, 2001).

O que prevalece em termos de estrutura empresarial é o pequeno negócio, que tem de 0 até 9 funcionários. Esse tipo de empreendimento chega a ocupar 90% de todos os estabelecimentos, mostrando que a base de sustentação econômica está naqueles de pequeno porte. Uma das razões para esse quadro seria não só a falta de oportunidade de empregos, que forçosamente obriga as pessoas se tornarem autônomas, ou ainda, a insatisfação dessas pessoas com o mercado de trabalho, que faz com que procurem o ramo do microempreendedoríssimo para se esquivarem de remunerações salariais tão baixas. Para captar melhor esta dinâmica, faz-se necessário novo estudo para verificação da conexão existente entre esse fato e a mortalidade de pequenos empreendimentos, tanto no Semiárido quando no Brasil.

Os polos já consolidados como as capitais regionais, cada vez mais vem aumentando sua participação no cenário econômico regional, tornando-se mais atrativos para empresas de um porte mais elevado. É possível admitir que a história econômica vivenciada no período da intervenção planejada através da Sudene, ou mesmo da recente reestruturação da política de atração de investimentos subvencionados nesse território, foi mais aflorada gerando as ilhas de dinamismo (ARAÚJO, 1999) e validando em alguns signos o papel do planejamento pública e da ação desenvolvimentista furtadiana expressa na Sudene.

Mesmo saindo de uma estrutura eminentemente agrícola e pecuária no início de sua ocupação e, atualmente, quase que totalmente dependente da estrutura do setor de serviços, é fácil de observar como os vultosos investimentos dos Fundos Constitucionais e das políticas de incentivos fiscais ainda são direcionados a agropecuária, principalmente aos grandes produtores agroindustriais. No caso particular da economia cearense, isso se observa no estímulo à fruticultura irrigada, que reproduz padrões já implantados em outras partes do Brasil, no próprio Nordeste.

O Ceará desponta como um dos estados que mais investe em turismo e dá suporte aos empreendedores desse lado da oferta de serviços, garantindo a reprodução em longo prazo dessas práticas, pois embora neste setor estejam grandes investimentos como os modernos luxuosos resorts

litorâneos, observam-se inúmeros pequenos produtores que conseguem gerar maior quantidade de empregos. É um modo de aproveitar positivamente a alta temperatura e as escassas chuvas.

A indústria do turismo, como é denominada, aproveita os potenciais regionais de clima quente e menos chuvoso para se estabelecer como promissora e um conjunto de reflexões são importantes para o aproveitamento de seus desdobramentos transformadores. A necessidade de potencializar e desenvolver uma estrutura produtiva interconectada e clusterizada, com características regionais para captação e fixação de recursos no território capaz de contribuir efetivamente com o desenvolvimento da região, é um dos caminhos em pauta na atual condução das políticas.

O desenvolvimento de estudos acerca da implementação de iniciativas coletivas regionais se faz necessário para que no futuro se possa ter uma estrutura produtiva no estado distribuída mais homogeneamente entre as microrregiões, além de um olhar ativo para os pequenos e micro-empresendedores. Negócios dessa natureza vêm mostrando significado expressivo na região, como as cooperativas de transporte alternativo no Ceará, que fazem contratos licitatórios do Governo do Estado para os trechos de viagem. No concernente aos pequenos empresenedores, são esses negócios que movimentam o comércio do bairro, da vizinhança e abriga grande parte dos desempregados e dos informais.

Ademais, muito contribuiu o impacto da expansão dos serviços públicos através da disseminação da Educação Superior e do crescimento da rede de atendimento básico em saúde. Tal fato estimulou a interiorização de profissionais especializados por todo o território Semiárido, não somente no Ceará. Neste campo, a colaboração efetiva das Instituições de Ensino Superior, discentes e docentes, junto à Administração Pública na elaboração de Políticas Regionais, também é uma alternativa viável na busca por melhoria ou criação de propostas de Programas de Desenvolvimento Regional.

Referências

ADECE, A. DE D. DO E. DO C. S. A. **Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP)**. Disponível em: <<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/porto-do-pecem>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

AliceWeb. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-ppe?ppe=1051>
Acesso em 12 de agosto de 2017.

ARAÚJO, T. B. de. A “**questão regional**” e a “**questão nordestina**”. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, Banco do Nordeste, v.30, n.2, abr-jun 1999.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 23 de Abril de 2020.

FURTADO. C. A constatação do GTDN e as exigências da atualidade. In: ALENCAR JUNIOR, J. S.et. al. (Org.) **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza/CE: Banco do Nordeste, 2005.

_____. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (GTDN). In: ALENCAR JÚNIOR, J. S. de. et al (org.). **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: BNB, 2005.

_____. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LIMA JUNIOR, F. do O' de. **Estrutura produtiva e rede urbana no estado do Ceará durante o período de 1980-2010**. Campinas/SP: Universidade de Campinas, 2014.

_____. **Sudene e forças sociais nordestinas: papel institucional face ao novo marco regulatório de intervenção estatal e de desenvolvimento nos anos 2000**. Fortaleza/CE: RDS Editora, 2004.

LIMA JÚNIOR, F. do O'. MACEDO, F. C. e ALVES, D. F. **Infraestrutura, economia e território no Ceará: as conexões dadas pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém**. XVIII Encontro da ANPUR. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=15227> a 31 de maio de 2019. Natal, RN: ANAIS XVIII ENANPUR,

MACEDO, F. C de. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1980-2008)**. Campinas, SP: Instituto de Economia – IE, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2010 (Tese de Livre Docência).

RAIS, Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em 23 de Abril de 2020.

O POVO. **Fábrica da empresa Singer têxtil fecha em Juazeiro do Norte**. <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2019/04/06/fabrica-da-empresa-textil-singer-fecha-em-juazeiro-do-norte-apos-22-anos-de-funcionamento.html> Acessado em 22 de janeiro de 2020.

SANTOS, M. D. C. dos. **A reconfiguração das atividades econômicas do subespaço semiárido dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco nos anos 2000 a 2015**. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2018. 168p.

SILVA, J. G. da, QUEIROZ, S. N. **Migração interestadual para a Região Metropolitana do Cariri (RMC)**. VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población; XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joao_Silva306/publication/329531529_MIGRACAO_INTERESTADUAL_PARA_A_REGIAO_METROPOLITANA_DO_CARIRI_RMC/links/5c0e5742a6fdcc494fe90d57/MIGRACAO-INTERESTADUAL-PARA-A-REGIAO-METROPOLITANA-DO-CARIRI-RMC.pdf 17 a 22 de outubro de 2016. Foz do Iguaçu, PR: ANAIS VII ALAP; XX Encontro ABEP.